



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA I – CAMPUS I
COLEGIADO DO CURSO DE URBANISMO

RIVELLE RIVÉTRIA SANTANA DOS SANTOS

A INFLUÊNCIA DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA NO
PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO: o pensamento de Lefebvre,
Santos, Carlos e Harvey

Salvador
Abril/2009

Rivelle Rivéria Santana dos Santos

A influência do modo de produção capitalista no processo de produção do espaço: o pensamento de Lefebvre, Santos, Carlos e Harvey.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade do Estado da Bahia – UNEB para
obtenção do título de Bacharel em Urbanismo.

Profª Orientadora: Drª. Rosali Braga Fernandes

Salvador

2009

RIVELLE RIVÉTRIA SANTANA DOS SANTOS

A INFLUÊNCIA DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA NO
PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO: o pensamento de Lefebvre,
Santos, Carlos e Harvey

Monografia aprovada como requisito à obtenção do Título de Bacharel em Urbanismo da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Esp. Plínio Martins Falcão
Geógrafo – Mestrando em Arquitetura e Urbanismo Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFBa

Prof. Msc. Carlos Rodolfo Lujan Franco
Universidade Católica de Salvador – UCSAL

Profª Doutora Rosali Braga Fernandes – Orientadora
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Salvador
2009

*Em memória de meus avós
Edite, Eliza e Raimundo,
e meu tio Atevaldo.*

AGRADECIMENTOS

Obrigado à minha família por sempre acreditar em mim e me apoiar em minhas escolhas. Em especial meus irmãos: Elizângela, Gracielle e Rodrigo. À minha tia Eliana pela acolhida em Salvador e tudo mais. E mais ainda à minha mãe, Maria Marcelina, por seu exemplo de retidão, garra, coragem determinação e fé.

Obrigado aos amigos(as) das “antigas de sempre”: Catarina, Clara, Gabriela, Renato, Cássia, Cris, Letícia, Liliane, Neto, Douglas, Vinícius, Jackson, James, Fabrício, José Eduardo, Bob, Wagner, Gabriel e tantos outros, por tudo o que passamos e ainda iremos passar juntos.

Obrigado aos novos amigos: Bruno, Flávia, Luciara, Lorena, Gabriela e em especial a três pessoas que ao longo desses quase quatro anos me ensinaram muitas coisas, que me ensinaram que as diferenças não nos separam, mas, nos completam: Martha, Thiara e Vitor.

Obrigado às pessoas que me ensinaram o significado da palavra LUTA. Que me mostraram que lutar por nossos ideais não é perda de tempo e que, a todo momento, me dão provas do real sentido do companheirismo: João, Fernanda, Camila, Milena, Nise, Monique, Jamile, Léo Polli, Matheus, Carlos, Yuri, Tiago, Márcia, Karina e muitas outras pessoas que também contribuiriam nesse processo de aprendizagem e crescimento pessoal.

Um muito obrigado a Edmilson (Ed) sempre dando aquela força aos estudantes do curso, “quebrando nossos galhos” no Colegiado. Agradeço também a alguns professores do curso, em especial ao Prof^o Juan Pedro por sua dedicação ao Curso de Urbanismo. À Prof^a Rosali B. Fernandes por ter sido minha orientadora e aos professores da banca examinadora: Carlos Rodolfo Lujan Franco (UCSAL) e Plínio Martins Falcão (IFBa).

*“Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo
de diferentes maneiras, mas o que importa
é transformá-lo.”
Karl Marx*

RESUMO

O presente estudo objetiva analisar as influências e reflexos do modo de produção capitalista dentro da produção espacial, dentro do contexto dialético entre sociedade versus espaço e vice-versa. Como objetivos específicos buscou estudar as principais características e os reflexos espaciais da divisão social do trabalho, verificar as principais características da influência do modo de produção capitalista no processo de formação do espaço urbano. Os autores trabalhados aparecem, neste trabalho, organizados pela proximidade de seus raciocínios, e, mais especificamente, suas considerações sobre a própria influência do capitalismo dentro da produção e das relações espaciais. Consideramos como base para o trabalho quatro autores, que no nosso julgamento, tem importantes contribuições, como Lefebvre, Harvey, Santos e Carlos. Vale ressaltar, também, que o entendimento da dinâmica espacial é de extrema importância para o Urbanismo, já que podemos entendê-lo como um campo do conhecimento multi e interdisciplinar voltado ao ordenamento da cidade, de suas atividades distribuídas no território a fim de que seja alcançada uma melhor qualidade de vida para a população. Temos que o espaço, pode ser considerando não mais como palco das ações dos agentes sociais, econômicos, políticos e culturais. O espaço é também ator nesses processos. O processo de produção do espaço é permeado por uma grande complexidade, uma vez que diversos fatores e interesses estão envolvidos. E nesse jogo de interesses, os interesses do Estado e do Capital se convergem, provocando assim, o que alguns autores denominam de “conflitos urbanos”.

Palavras-Chave: Espaço, Produção, Capitalismo, Estado, Relação Espacial.

ABSTRACT

The present objective study to inside analyze the influences and consequences in the way of capitalist production of the space production, inside of the dialectic context between society and space and exchange. As objective specific, it search's to study the main characteristics the space consequences of the social division of the work, to verify the main characteristics of influences in the way of capitalist production in the process of formation of the urban space. The worked authors appear, in this work, organized for the proximity of its reasoning's, and, more specifically, its considerations on the proper influence of the capitalism inside of the production and the space relations. We consider as base for the work four authors, who in our judgment, have important contributions, as Lefebvre, Harvey, Santos and Carlos. Valley to also stand out that the agreement of the space dynamics is of extreme importance for Urbanism, since we can understand her as a field of the knowledge very and interdisciplinary come back to the order of the city, of its activities distributed in the territory so that one better quality of life for the population is reached. We have that the space, can not more consider as place of the actions of the social, economic agents, cultural politicians and. The space is also actor in these processes. The process of production of the space is permeate by a great complexity, a time that diverse factors and interests are involved. E in this game of interests, the interests of the State and the Capital, if converges, thus provoking, what some authors call of "urban conflicts".

Keywords: Space, Production, Capitalism, State, Space Relation.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	O ESPAÇO	13
2.1	Lefebvre e o Espaço	13
2.2	Milton Santos e o Espaço dos Sistemas	17
2.3	Paisagem e Espaço	20
2.4	As Relações Espaciais	22
3	CAPITALISMO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO	27
3.1	O Modo de Produção Capitalista	27
3.2	A Produção do Espaço	29
3.3	O Capitalismo na Produção do Espaço	33
3.4	O Estado (Capitalista) e a Produção do Espaço	36
4	CONCLUSÃO	42
5	REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar as influências e reflexos do modo de produção capitalista dentro da produção espacial, dentro do contexto dialético entre sociedade x espaço e vice-versa. Como objetivos específicos, buscou estudar as principais características e os reflexos espaciais da divisão social do trabalho, verificando a influencia do modo de produção capitalista no processo de formação do espaço urbano. O trabalho se estruturou no levantamento da bibliografia a cerca das concepções que nos são apresentadas quanto a busca do entendimento do espaço, trazendo algumas considerações e aspectos, pertinentes ao tema, trabalhados por autores de reconhecida importância no trato da referida temática.

Os autores trabalhados aparecem, neste trabalho, organizados pela proximidade de seus raciocínios e, mais especificamente, suas considerações sobre a própria influência do capitalismo dentro da produção e das relações espaciais. Consideramos como base para o trabalho quatro autores, que no nosso julgamento, tem importantes contribuições, como Lefebvre, Harvey, Santos e Carlos.

A escolha de Lefebvre se deu no sentido de que algumas características do seu pensamento dialético nos seriam úteis para desenvolvermos a concepção do surgimento de um “novo espaço” e de uma nova matriz temporal e espacial relacionados àquelas transformações promovidas pelo processo de industrialização. Lefebvre considera que as representações do espaço têm considerável peso e influência na produção do espaço, principalmente levando em conta corresponderem a um sistema de signos, símbolos e códigos de representação dominantes em uma sociedade e que estão relacionados ao exercício do poder e à conformação do espaço abstrato. Lefebvre é utilizado como referência para diversos estudiosos do espaço, por isso, compreendemos a importância de conhecermos suas concepções, mesmo que seja de uma maneira geral, antes de partirmos para as interpretações dos outros autores utilizados neste trabalho.

David Harvey é considerado, entre muitos autores, como sendo um dos principais geógrafos da atualidade, com “uma vasta obra marcada pela coerência lógica”, como afirma Antonio Carlos Robert Moraes¹. Outra característica que marca o trabalho de Harvey é o “estabelecimento de interlocução com variados campos e discussões das ciências humanas, gerando uma reflexão que extrapola em muito as fronteiras disciplinares da geografia”.

¹ Antonio Carlos Robert Moraes é Professor Drº. Departamento de Geografia – FFLCH / USP.

Harvey também apresenta uma análise marxista das influências do capital no espaço, porém apresentando algumas críticas à própria análise de Marx, o que confere uma imparcialidade em suas colocações. Para Harvey, existem duas maneiras de realizar uma leitura das análises de Marx, como afirma:

a primeira é tratar Marx como “pensador mestre”, cujas as afirmações carregam o imprimatur da verdade absoluta. A segunda (que prefiro), é tratar suas afirmações como propostas experimentais e idéias inacabadas, que precisam ser consolidadas numa forma teórica de argumentação mais consistente, que respeita o espírito dialético e não as sutilezas verbais dos seus estudos, notas e cartas grandemente inéditas” (HARVEY, 2005, p. 13).

Milton Santos seguramente foi o mais conhecido geógrafo fora do meio acadêmico, alcançando também grande reconhecimento dentro e fora do Brasil. Para muitos estudiosos da temática espacial, a obra de Santos é inovadora no que tange à abordagem do conceito de espaço. Como afirma o Prof^o. Dr. Délio Mendes: “Milton Santos era, sobretudo, um agitador. Agitador de idéias, no melhor sentido de um intelectual de sua estatura”².

Suas obras também se destacam por abarcarem a realidade dos países subdesenvolvidos. Suas críticas e estudos da influência da relação entre os meios econômicos e o espaço se dão diante da realidade do contexto sul-americano. “A pobreza e a desigualdade, são produto do modo civilizatório capitalista”, como afirma o Prof^o. Dr. Délio Mendes. É para essa nova realidade que Santos aponta em suas obras.

Ana Fani Alessandri Carlos, inspirada nas reflexões de Lefebvre, procura discutir que a produção do espaço tem também um lado estratégico e político e que é na vida cotidiana que as contradições se manifestam mais profundamente. Em suas obras, nos traz análises do fenômeno urbano que são contrárias às análises que entendem a cidade apenas como *locus* da produção, ou ainda como um cenário motivador dos movimentos sociais urbanos. Alguns autores consideram que, para ela, as relações sociais que produzem o espaço urbano se situam além das relações de produção de mercadorias e a idéia de conflito urbano, construída metodologicamente a partir da noção de movimento, o que nos conduziria a uma reflexão de que numa sociedade de classes o espaço não se produz, ou se reproduz, sem conflitos e contradições.

² Professor Dr^o. Do Departamento de Sociologia da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP.

Quando os homens trabalham uns para os outros, mas não realizam todos, as mesmas tarefas, executando produtos diferentes ou partes de um mesmo produto, realiza-se uma atividade produtiva conjunta de divisão e cooperação no trabalho. Neste primeiro momento, esta forma de atividade surge como uma divisão natural de trabalho entre homens e mulheres ou entre adultos, anciões ou crianças. Com o desenvolvimento e diferenciação dos objetos e meios de trabalho, caminhou-se para uma especialização que se refletiu no seio das primeiras unidades de produção. Mesmo nas suas formas rudimentares, a divisão do trabalho dá lugar a um sistema de relações específicas e permanentes entre os indivíduos que integram um grupo.

Entende-se por cooperação entre os membros duma sociedade como sendo a forma de realização de um trabalho conjunto e planificado, em que os diversos indivíduos participam no mesmo processo produtivo ou em processos diferentes, porém, de maneira interligada. A divisão social do trabalho surge quando grupos de produtores realizam atividades específicas em consequência do avanço dum certo grau de desenvolvimento das forças produtivas e de organização interna das comunidades.

A formação de grupos de pessoas com diferentes posições no processo produtivo é assegurada por formas de propriedade que acabam por conduzir à divisão da sociedade em classes sociais e por permitir a uma parte da sociedade explorar a outra. Manifestam-se as primeiras contradições entre os interesses individuais de grupos ou famílias e o interesse comunitário dos indivíduos que mantêm um intercâmbio entre si. Tais manifestações acabam por ter uma influencia decisiva dentro do processo de formação espacial, sendo colocadas como agentes transformadores da forma espacial bem como reposta as limitações impostas pelo próprio espaço.

Diante disso, o resultado pretendido com o trabalho é verificar com que intensidade o modo de produção capitalista pode influenciar na produção do espaço urbano, bem como analisar o papel que o espaço exerce como limitador das dinâmicas sociais. Entendemos que o estudo se mostra relevante e importante uma vez que o processo de formação do espaço urbano é um tema que desperta grandes controvérsias entre diversos autores.

Dentro do contexto das cidades o espaço acaba não sendo apenas matéria, a cidade não é feita apenas da concretude de sua configuração física, mas, também, de vida e de inter-relações que são reflexos e que são refletidas na formação deste mesmo espaço, relações estas que em sua maioria tem uma grande influencia dos processos econômicos envolvidos na dinâmica social.

Vale ressaltar também que o entendimento da dinâmica espacial é de extrema importância para o Urbanismo, já que podemos entendê-lo como um campo do conhecimento multi e interdisciplinar voltado ao ordenamento da cidade, de suas atividades distribuídas no território a fim de que seja alcançada uma melhor qualidade de vida para a população. O espaço urbano está em permanente transformação, embora se for observado durante um curto período de tempo possa parecer estático. O urbanista tem que ser capaz de formular cenários futuros sobre o espaço urbano, de modo a conseguir criar as melhores condições de vida nas cidades. Para isto, se faz necessário entender como se dão os processos espaciais e as relações deles advindas.

O capítulo inicial abordará algumas colocações que servirão como base para a compreensão do espaço. Veremos com base as concepções de Lefebvre a cerca dessa conceituação inicial do espaço. Em seguida veremos as considerações de Santos, que nos apresenta a sua teoria sobre os dois sistemas que compõem o espaço e algumas considerações sobre a diferença entre paisagem e espaço. Por fim, teremos as análises de outros autores sobre as relações espaciais, apoiando-nos em Harvey e Carlos.

No capítulo seguinte veremos de que maneira o modo de produção capitalista interfere na produção do espaço. Para isso trouxemos algumas considerações sobre o modo de produção capitalista, noções gerais de seu funcionamento, baseados em Marx. Esse panorama se faz necessário para que possamos visualizar de forma mais clara, como de fato se dá essa relação capitalismo x produção espacial. Será visto também como se dá a participação do Estado dentro desse processo, e como o mesmo interfere nessas relações, se tornando um instrumento do capitalismo.

2 O ESPAÇO

O que é o espaço? Essa é uma pergunta que vem sendo feita e respondida de várias formas, em diversos contextos, uma vez que temos uma diversidade de aspectos teóricos que podem, e devem ser abordados dentro da busca pelo entendimento do que vem a ser o espaço.

Podemos entender o espaço numa perspectiva mais subjetiva, sociológica, econômica, urbanística, geográfica, antropológica, dentre tantas outras. No entanto não podemos perder de vista que todas essas percepções são complementares dentro de um todo, para uma maior apreensão da dinâmica espacial.

Para uma maior compreensão de tais percepções espaciais, abordaremos inicialmente as concepções trazidas por Henry Lefebvre, uma vez que podemos considerá-lo como um dos pioneiros do conceito de espaço a partir de seus diversos aspectos, e por entender que ele serviu de base para alguns dos autores que nortearam este trabalho.

As novas concepções trazidas por Lefebvre mudaram a forma de se analisar o espaço, influenciando diversos autores, que tomaram seu pensamento, como premissa, a exemplo de Milton Santos, Ana Fani Alessandri Carlos, David Harvey, autores estes, que foram utilizados nessa pesquisa.

Abordaremos algumas concepções de Milton Santos em relação ao conceito de espaço, onde o mesmo nos apresenta a concepção de que o espaço é formado por sistemas, como veremos no item 2.2 deste capítulo, bem como também Ana Fani A. Carlos e David Harvey, que também trazem grandes contribuições para o entendimento da dinâmica espacial.

2.1 Lefebvre e o Espaço

Segundo Lefebvre (*apud* GOTTDIENER, 1997), o aspecto teórico mais importante do espaço é a sua natureza multifacetada³, já que, considera que a análise do espaço não deve abranger apenas a sua natureza física (única face), uma vez que no espaço estão contidos processos (muitas faces) subjetivos que são influenciados, como também, influenciam a própria dinâmica espacial.

³ Multifacetado(a): [De *mult(i)* + *facetado*.] *Adj.* Que tem muitas facetas; multiface.

Logo o espaço não poderia ser reduzido apenas a uma localização ou às relações sociais da posse de propriedade – o espaço é a representação de uma multiplicidade de preocupações sociomateriais. Entende-se dentro deste pensamento que o espaço, além de uma localização física, é também uma “liberdade existencial e uma expressão mental” (GOTTDIENER, *op. cit.* p. 127).

Assim o espaço é ao mesmo tempo o local da ação, como também a possibilidade social de engajar-se na mesma, isto é, não é apenas o local onde ocorrem as ações, mas também a significação e a permissão de participar de tais eventos.

O espaço também pode ser compreendido como sendo destinado a cumprir certas funções específicas. Tais funções podem variar de acordo com as novas necessidades das organizações sociais nele contidas. Daí as considerações de muitos estudiosos sobre o fato de que, a cidade, ser uma resultante inacabada e em constante transformação, desse processo de interação entre o espaço e as organizações sociais.

Outra consideração importante é que cada modo de produção vai influenciar nessas variações. Portanto, podemos afirmar que dentro do modo de produção capitalista, com base na bibliografia levantada, o espaço é utilizado como meio de produção, como o local da reprodução da força de trabalho, sendo assim um fator importante no processo de acumulação de capital.

Dentro dessa perspectiva, para Lefebvre (*apud* GOTTDIENER *op. cit.*) o espaço é ainda meio de produção (como terra) e também faz parte das forças sociais de produção (como espaço). Dessa forma o espaço tomado como propriedade faz com que as relações sociais sejam consideradas como partes das relações sociais de produção, ou seja, o espaço se torna a base econômica do modo de produção.

De acordo com esse raciocínio, de que o espaço pode ser considerado como meio de produção, Lefebvre (1999) traz algumas considerações acerca da necessidade de se diferenciar o “espaço urbano” do “espaço industrial”, existindo entre esses dois o, que ele denomina de “espaço diferencial”.

Segundo Lefebvre (1999) o industrial acaba por substituir determinadas características particulares naturais, ou que pelo menos se imagina que sejam, por um outro tipo de características, que na maioria das vezes são impostas. O urbano para ele, nesse momento, não é visto em sua totalidade, uma vez que “será simplesmente o olho formado (ou

deformado) pela paisagem anterior [...] o que olhamos, na verdade, não enxergamos” (LEFEBVRE, 1999, p. 38).

Lefebvre (1999) considera que as diferenças existentes no espaço não têm origem apenas no espaço como um ente físico, com suas limitações geográficas, mas sim, a partir, também, do que se instala nesse espaço. Daí que temos a importância da sua análise dos processos, que podemos chamar de sócio-espaciais advindos do processo de industrialização, uma vez que ocorreram mudanças significativas na forma urbana, que, para Lefebvre (1999), foram “herdadas de transformações *descontínuas*” (LEFEBVRE, 1999, p. 15). Considera também que “a forma urbana tende, certamente, a romper os limites que buscam aprisioná-la. Seu movimento procura sua via. Não se pode assegurar, previamente, que os obstáculos serão contornados ou vencidos” (LEFEBVRE, 1999, p. 116). O que significa dizer que esse movimento tem um caráter dialético, o que permite “contrariá-lo”, utilizando assim, alguns de seus próprios elementos “contra o movimento do conjunto” (LEFEBVRE, 1999, p. 117).

Lefebvre (*apud* GOTTDIENER *op. cit.*) considera também que o espaço é um objeto de consumo, como também um instrumento político, além de ser um elemento na luta de classes.

O espaço como objeto de consumo não pode ser reduzido aos três domínios de consumo: produção, consumo e troca (GOTTDIENER, *op. cit.*, p.127). Para Lefebvre essas atividades de localização se consideradas juntas, com o que ele denomina de *espaço social*, constituem um quarto domínio das relações sociais, ou seja, a produção da riqueza ou mais-valia. Deve-se, portanto, considerar o espaço como um elemento das forças produtivas da sociedade.

Para Lefebvre (*apud* GOTTDIENER *op. cit.*), além do papel que o espaço tem na produção, a organização espacial tem um importante papel nas relações sociais de produção. É por meio do espaço que a sociedade se reproduz.

Carências de ordem espacial controlam as contradições inerentes ao capitalismo em benefício de interesses predominantes na sociedade capitalista. O capitalismo como modo de produção sobreviveu, em parte, por seu uso do espaço como reforçador daquelas relações sociais necessárias a essa sobrevivência (LEFEBVRE, 1973, *apud* GOTTDIENER *op. cit.*).

A questão de controle sobre as relações [...] espaciais, portanto, tem para a sociedade a mesma importância revolucionária que a luta pelo controle dos outros meios de produção, porque tanto as relações de posse como a de exteriorização material – isto é, a produção de espaço – estão unidas nas relações de propriedade que formam a essência do modo capitalista de produção” (GOTTDIENER, *op. cit.* p.129).

Nesse momento, para Lefebvre, o espaço deixa de ser apenas o local onde a mais-valia se materializa, para se tornar “produto do trabalho social”. “Hoje, o espaço inteiro entra na produção como produto através da compra, da venda, da troca de parcelas do espaço” (LEFEBVRE, 1999, p. 142).

O espaço pode ser entendido também como um ente associado ao tempo, uma vez que as ações e reações ocorridas no próprio espaço, também ocorrem num determinado período temporal. Dentro desse raciocínio Lefebvre (1999) traça o que ele denomina de “eixo espaço-temporal”.

Lefebvre (1999) considera que o “tempo histórico” pode ser dividido em períodos, facilitando a análise espaço-temporal. Com isso podemos dividir essa análise de acordo com os períodos dos modos de produção. Porém, Lefebvre (1999) observa que a análise não deve ser feita absolutamente de maneira isolada uma da outra, já que, como vimos, há um movimento dialético no espaço. Porém “esse recorte tem certas vantagens e alguns inconvenientes. Quando se insiste nos cortes, nas características internas de cada modo de produção, na coesão de cada um como totalidade, a passagem de um para o outro torna-se ininteligível” (LEFEBVRE, 1999, p. 33).

Cada modo de produção produziu cidades diferentes, espaços diferenciados, de acordo com suas dinâmicas econômicas, políticas e sociais. Partindo dessa característica, Lefebvre (1999) dentro de sua análise, já trazendo para o modo de produção capitalista, observa que “o eixo espaço-temporal nos permite situar algumas relações entre cidade e campo, e suas transformações” (LEFEBVRE, 1999, p. 34), o que nos permite avaliar a influência do capitalismo no espaço, como a separação cidade x campo começa a se evidenciar ao longo do avanço do processo de industrialização. Contudo, chama atenção para o fato de que o eixo não contém e nem retém, todas as transformações, mas que apenas nos indica o momento de tais inversões.

Para Lefebvre (1999) o espaço (mais estritamente o espaço urbano) pode ser considerado como, o que ele denomina de “campo-cego”. Nada mais é que “uma noção que se encontra e reencontra por vários caminhos, que emerge ao mesmo tempo ‘filosófica’ e ‘cientificamente’, isto é, na análise dita filosófica e no conhecimento” (LEFEBVRE, 1999, p. 39).

Ainda para Lefebvre (1999) o espaço por si só, não pode proporcionar “forma, sentido e finalidade”, uma vez que o próprio espaço funciona também como mediador das ações sociais que nele se desenvolvem. Ao mesmo tempo que o espaço pode influenciar, também sofre

influência. Portanto, afirma Lefebvre (1999): “a relação entre o tempo e o espaço, conferindo absoluta prioridade ao espaço, revela-se relação social inerente a uma sociedade a qual predomina uma certa forma de racionalidade governando a duração. O que reduz, e mesmo, no limite, destrói a temporalidade” (LEFEBVRE, 1999, p. 74).

2.2 Milton Santos e o Espaço dos Sistemas

Milton Santos nos trouxe importantes considerações acerca do entendimento do espaço, sua formação, e também as relações nele existente. Seus estudos nos chamam atenção para o que Lefebvre já afirmava quanto a característica multifacetada do espaço, fazendo uma análise do processo de produção do espaço e suas relações, tanto sociais como econômicas, bem como também nos trazendo algumas concepções filosóficas a respeito do espaço e sua constituição.

Santos (2006) nos traz outro aspecto teórico em relação ao espaço, aspecto este que considera que “para que o espaço possa aspirar a ser um ente analítico independente, dentro de um conjunto das ciências sociais, é indispensável que conceitos e instrumentos de análise apareçam dotados de condições de coerência e de operacionalidade” (SANTOS, 2006, p. 21).

Com isso Santos (2006) quer nos chamar atenção para a necessidade de se delimitar, dentro das diversas disciplinas sociais, as categorias de análises que irão constituir o que ele denomina de “centralidade do método”.

Santos (2006) parte do princípio de que o espaço seja considerado “como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de um sistema de ação”, o que facilita o reconhecimento das categorias internas de análise.

O espaço, segundo Santos (2006) é dessa forma, formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objeto e sistemas de ações, que não podem ser considerados de forma isolada, mas sim, como um quadro único onde a história se dá. “O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes” (SANTOS *op. cit.* p. 39).

Em seu livro “A natureza do espaço”, Santos (2006) nos chama atenção acerca da configuração territorial, que para ele, “não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto que o espaço reúne materialidade e a vida que anima” (SANTOS,

2006, p. 38). Considera que a configuração territorial tem uma existência material própria, porém, afirma que sua existência social somente lhe é dada pelo fato das relações sociais.

Para Santos (2006) tais sistemas (de objetos e de ações) interagem. “De um lado os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes” (SANTOS, 2006, p. 63). Daí, podemos perceber que a dinâmica e todo o processo de transformação se dão dentro de uma relação dialética, como já observava Lefebvre (1999), entre tais sistemas, o que de maneira simples, segundo Santos (2006), pode ser feita uma analogia à análise de Marx, a qual o sistema de objeto seria sinônimo de um conjunto de forças produtivas e o sistema de ações seria o conjunto das relações sociais de produção (SANTOS, 2006, p. 63).

Ao tratar dos sistemas de objetos, Santos (2006) define inicialmente os objetos como sendo “o produto de uma elaboração mental” (SANTOS, 2006, p. 64), o que os diferencia das coisas, que são o “produto de uma elaboração natural” (SANTOS, *id. op. cit.*). Dessa forma, Santos (2006) nos afirma que sendo a natureza “objetiva e não prospectiva”, as coisas, conseqüentemente não poderiam ter propósito. Assim sendo, ainda em Santos (2006), “a natureza se transforma em um verdadeiro sistema de objetos e não mais de coisas” (SANTOS, 2006, p. 65) a partir do momento em que o homem, ao se apropriar das “coisas” e lhe dá sentido dentro de um “conjunto de intenções sociais”, transformando-as assim em objetos.

Para Santos (2006) “toda criação de objetos responde a condições sociais e técnicas presentes num dado momento histórico” (SANTOS, 2006, p. 68), o que implica dizer que “sua reprodução [dos objetos] também obedece à condições sociais” (SANTOS *id. op. cit.*).

O espaço da sociedade, atualmente, seria a soma dos espaços que correspondem a cada sociedade existente em particular, considera Santos (2006). O espaço social se tornou muito mais que um “conjunto de *habitats*”. A construção do espaço resulta unicamente da atividade econômica direta, mas também das expectativas de valorização de áreas ainda não ocupadas ou consideradas sem valor econômico.

Santos (2006), Com base em A. Moles (1971 p. 78 *apud* SANTOS, 2006), nos chama atenção para a complexidade dos objetos, que pode ser classificada em dois níveis: a complexidade funcional e complexidade estrutural (SANTOS, 2006, p. 69).

Sobre a complexidade funcional, Santos (2006) nos fala que, ainda segundo A. Moles: “a complexidade funcional é a dimensão estatística dos usos”. O que significa dizer que quanto mais possibilidades de uso um objeto tiver, maior será a sua complexidade.

A complexidade estrutural está relacionada com a variedade de seus elementos, como nos afirma Santos (2006):

A complexidade estrutural de um objeto é sua informação porque é a forma como pode comunicar-se com outro objeto, ou servir a uma pessoa ou empresa, ou instituição, tanto aquela que trabalha diretamente sobre ele, quanto, igualmente, a que mesmo de longe, tem comando sobre operações econômicas e sociais locais (SANTOS, 2006, p. 69).

Quanto ao sistema de ações Santos (2006) considera que “um ato não é um comportamento qualquer, mas um comportamento orientado” (SANTOS, 2006, p. 78). Logo “a ação é um processo mas, um processo dotado de propósito...” (SANTOS *id. op. cit.*). o que nos leva a crer que a ação acaba sendo subordinada a normas.

Santos (2006) considera também que como sendo a ação “própria do homem”, apenas o homem teria objetivo e finalidade ao executá-la. Com isso Santos (2006) quer afirmar que “os objetos não agem, mas [...] podem nascer predestinados a um certo tipo de ações...” (SANTOS, 2006, p. 86), partindo, assim, para a discussão sobre a intencionalidade dos objetos e das ações, que segundo Santos (2006) nos permite “uma outra releitura crítica das relações entre objeto e ação” (SANTOS, 2006, p. 89).

Ao considerar que o espaço é formado por um sistema de objetos e um sistema de ações, Santos (2006) propõe essa discussão em torno da intencionalidade, uma vez que:

a noção de intencionalidade não é apenas válida para rever a produção do conhecimento. Essa noção é igualmente eficaz na contemplação do processo de produção e de produção das coisas, consideradas como resultado da relação entre o homem e o mundo, entre o homem e seu entorno (SANTOS, 2006, p. 90).

Santos (2006) considera também que o “fato de não ser um objeto entre outros objetos, mas um sujeito que se relaciona com o seu entorno, é que o homem pode ser definido por sua intencionalidade” (F. O. Bollnow, 1969 p. 241, *apud* SANTOS, 2006, p. 92). Porém se questiona se apenas a intencionalidade é suficiente para tal compreensão do espaço, uma vez que “o espaço [...] é muito mais do que simples oferta de caminhos, ainda que também seja isso” (SANTOS, 2006, p. 92).

Para Santos (2006) “a intencionalidade da ação se conjuga à intencionalidade dos objetos, e ambas são, hoje, dependentes da respectiva carga de ciência e técnica presente no território”

(SANTOS *op. cit.* p. 94). Observa também que as ações, quando intencionadas, podem conduzir a resultados que, por sua vez, não são intencionados, o que é uma característica muito comum dentro do processo de mudança social ou de mudança espacial (HAGERSTRAND 1991 *apud* SANTOS *op. cit.* p. 94), uma vez que “a ação sempre se dá sobre o meio, combinação complexa e dinâmica que tem o poder de deformar o impacto da ação” (SANTOS, 2006, p. 95). Santos (2006) segue afirmando que “a ação não se dá sem que haja um objeto; e, quando exercida, acaba por se redefinir como ação e por redefinir o objeto” (SANTOS, 2006, p. 95).

Partindo do princípio de que o espaço é a resultante da “inseparabilidade entre sistemas de objetos e de ações” (SANTOS, 2006, p. 100), temos que o espaço pode ser considerado como um “híbrido”, como nos mostra Santos (2006).

Para Santos (1988) “a evolução do espaço se faz pela inscrição da sociedade renovada na paisagem pré-existente” (SANTOS, 1988, p. 15). Por isso se faz necessário diferenciarmos paisagem de espaço.

2.3 Paisagem e Espaço

Segundo Santos (2006) a paisagem nada mais é que “o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representa, sucessivas relações localizadas entre homem e natureza” (SANTOS, 2006, p. 103). A paisagem é o conjunto de objetos reais-concretos, sendo assim considerada “transtemporal”, já que reúne “objetos passados e presentes, uma construção transversal” (SANTOS, 1988, p. 103).

A paisagem é história congelada, mas participa da história viva. São suas formas que realizam, no espaço, as funções sociais. Assim pode-se falar, com toda legitimidade, de um funcionamento da paisagem, [...] é testemunha da sucessão dos meios de trabalho, um resultado histórico acumulado (SANTOS, 2006, p. 107).

Já o espaço seria todas essas formas criadas pela paisagem “mais uma vida que as anima” (SANTOS, 2006, p. 103). Para Santos (2006) “o espaço resulta da intrusão da sociedade” nas formas objeto, afirmando assim que, “esses objetos não mudam de lugar, mas mudam de função, isto é, de significação, de valor sistêmico” (SANTOS, 2006, p. 103).

Santos (2006) considera também que o espaço “é um conjunto de mercadorias, cujo valor individual é função do valor que a sociedade, em um dado momento, atribui a cada pedaço da matéria, isto é, a cada fração da paisagem” (SANTOS, 2006, p. 104).

Dessa maneira temos que o espaço não pode ser considerado como uma espécie de “pano de fundo” que se mantém neutro dentro da dinâmica social. “O espaço é uma estrutura social dotada de um dinamismo próprio e revestida de uma certa autonomia, na medida em que sua evolução se faz segundo leis que lhe são próprias” (SANTOS, 1988, p. 15). Santos (1988) dessa maneira quer afirmar que o espaço “não é apenas reflexo da sociedade, nem um fato social apenas, mas um condicionante condicionado” (SANTOS, 1988, p. 15), ao mesmo tempo que influencia é influenciado.

Santos (1988) afirma que “o conteúdo corporificado, já transformado em existência, é a sociedade que se tornou espaço” (SANTOS, 1988, p. 16). O conteúdo a que Santos (1988) se refere nada mais é que o movimento evolucionário da sociedade, como afirma: “tal conteúdo [...] pode ser comparado a uma sociedade em marcha, em evolução, em movimento, isto é, ainda não encarnado todavia” (SANTOS, 1988, p. 16).

Para Santos (1988), o “movimento do espaço”, ou seja, as transformações que o mesmo sofre, acabam por construir um tipo de “transformação de uma multiplicidade”, o que significa dizer que o espaço, dessa maneira, influencia de modo decisivo na dinâmica social. Da mesma maneira que os movimentos de transformação sofridos pela sociedade afetam o espaço e sua produção, como afirma Santos (1988): “a sociedade, pois, existe em uma situação de movimento perpétuo, o que é o próprio da História. Da mesma maneira, as forma-conteúdo, cuja totalidade constitui o espaço humano, influenciam a evolução social” (SANTOS, 1988, p. 17).

Esse fato vem a reafirmar o pensamento de Lefebvre (1999) que já expressava essa qualidade dialética entre as duas dinâmicas, espacial e social. Como apresenta Santos (1988): “o movimento de ambas [dinâmicas] é contraditório e esta dialética os enriquece mutuamente” (SANTOS, 1988, p. 17).

Ainda segundo Santos (2006) “o espaço é a síntese, sempre provisória entre conteúdo social e as formas espaciais” (SANTOS *op. cit.* p. 109). Considera que quando a sociedade age sobre o espaço, essa ação é feita sobre os objetos encarados, não apenas como uma realidade física, mas sim como “realidade social, formas-conteúdo”. O que significa dizer que a “ação se dá sobre objetos agidos, isto é, portadores de ações concluídas, mas ainda presentes”. Dessa

maneira, Santos considera que tais objetos da ação, são dotados de uma “presença humana e por ela qualificados” (SANTOS *id. op. cit.*).

Milton Santos, dentro de sua análise do espaço, considera que o mesmo é constituído por quatro fatores que nos levam a quatro categorias de análise espacial, divididas em: forma, função, estrutura e processo. A forma é o aspecto visual de um objeto, podendo também ser o arranjo de objetos que passam a constituir um padrão, por exemplo, uma rede urbana, uma cidade, um bairro, rua etc. a função equivale ao papel, à atividade desempenhada pelo objeto criado, como habitação, comércio, lazer etc.

A estrutura seria o modo como os objetos se organizam; refere-se não a um padrão espacial, mas à maneira como os objetos se inter-relacionam; a estrutura não é visível como a forma, pois se constitui numa matriz onde a forma é gerada, é portanto, a natureza social e econômica de uma sociedade, em um dado momento do tempo, é a matriz social onde as formas e funções são criadas. O processo é uma ação que se realiza continuamente, visando um resultado qualquer, implicando tempo e mudança. É uma estrutura em seu movimento de transformação, é a dinâmica da estrutura⁴.

2.4 As Relações Espaciais

Como podemos observar, dentro do espaço se dão diversas ações e reações, que podem ser contraditórias, mas que ainda assim contribuem no processo espacial, ora como influencia, ora como sendo influenciadas. Dentre tais relações, temos as de produção, de trabalho que regem o processo produtivo da sociedade que vivemos e que desempenham importante papel dentro da dinâmica espacial, como veremos a seguir.

Carlos (1997) considera que a noção de espaço geográfico, se tomada apenas como produto do processo de trabalho da sociedade, se contraporá à apreensão do espaço enquanto localização dos fenômenos ou palco da atividade do homem. “O espaço geográfico deve ser concebido como um ‘produto histórico e social das relações que se estabelecem entre a sociedade e o meio circundante. Essas relações são, antes de mais nada, relações de trabalho dentro do processo produtivo geral da sociedade” (CARLOS, 1997, p. 15).

⁴ Resumo fornecido pela Prof.^a Dr.^a Rosali Braga Fernandes. Ver mais em Santos (1985)

Para Carlos (1997) não podemos considerar o espaço como humano apenas porque o homem o habita, mas também porque o homem o constrói e o reproduz. Por outro lado, observa também que o espaço quando passa a ser produzido em função de um processo produtivo geral da sociedade, torna-se um produto histórico, que sofreu, e que sofrerá um processo de acumulação técnica e cultural.

Dessa forma o espaço “não é o enquadramento da ação humana e não se defronta com a sociedade a partir de uma relação de exterioridade”, mas sim, um produto social de um processo real e concreto de produção. Portanto, é correto afirmar, dentro dessa perspectiva, que existe uma relação dialética entre sociedade e espaço.

Essa relação toma forma através do processo de trabalho. “O processo de trabalho não só determina a natureza social do espaço geográfico como sua forma de apropriação” (CARLOS 1997, p. 16). Isso nos leva à discussão do espaço como sendo um produto social, dando ao trabalho a característica de um “elemento de movimento de transitoriedade” nessa relação espaço-sociedade.

Ainda para Carlos (1997) “o espaço enquanto produto e não coisa, deve ser analisado através das relações que o produziram. Estas são relações de produção, logo de trabalho” (CARLOS, 1997, p. 17). Temos então, que a produção, assim como a reprodução do espaço, aparecem como o resultado do processo de produção e reprodução do capital. Então podemos considerar com base em Carlos (1997) que:

O processo de trabalho produz um produto que ‘surge como explicitação de um fim, de uma condição que se dá idealmente e se efetiva de modo a adequar o resultado ao início pressuposto, num movimento em que o trabalhador e sua vontade de um lado, as coisas do outro, perdem a autonomia para transformarem-se em movimentos de um processo mais amplo (CARLOS, 1997, p. 18).

Com isso concordamos com Carlos (1997) quando afirma que a produção do espaço apoiada nas relações de trabalho entre sociedade e todo o seu meio circundante, é posta como uma relação que deve ser entendida nas suas diversas determinações (econômicas, sociais, políticas, filosóficas, culturais e jurídicas), ou no seu aspecto multifacetado, como também considera Lefebvre.

O processo de produção do espaço, dessa maneira, está ligado à necessidade que o capitalismo tem de atender as suas necessidades de produção, como afirma Carlos (1997):

À medida que se desenvolve o ciclo do capital cria-se e desenvolve-se o processo de produção do espaço pela sociedade que não só possibilita a produção do capital, como também a existência humana. O espaço é produzido para atender, de um lado às necessidades da produção e da circulação de mercado visando o funcionamento perfeito do ciclo do capital e, de outro, a reprodução humana (CARLOS, 1997, p. 40).

Não podemos esquecer também, que existem outras considerações acerca do entendimento do que seja o espaço, que nos levam a uma análise de aspectos mais subjetivos que nos guiam dentro dessa perspectiva.

Harvey (2000) nos apresenta algumas considerações sobre elementos que compõem a relação entre espaço e tempo. Considera que a “as práticas materiais de que os nossos conceitos de espaço e de tempo advêm são tão variados quanto a gama de experiências individuais e coletivas” (HARVEY, 2000, p. 195). Daí considera que o grande desafio no processo de interpretação desses resultados é elaborar estruturas gerais que possam preencher o vazio existente entre esses processos de mudança cultural e a dinâmica econômica.

Partindo do princípio trazido por Hagerstrand (*apud* HARVEY, *id. op. cit.*), Harvey considera que “os indivíduos são considerados agentes movidos por um propósito engajados em projetos que absorvem tempo através do movimento no espaço”. Isso significa dizer que a rotina cotidiana dos indivíduos é rebatida no espaço através dos “movimentos” (como, por exemplo, os percursos diários: casa – trabalho, casa – escola, etc.), e no tempo através dos “movimentos migratórios” (que segundo Harvey (2000) podem durar toda uma vida: juventude no campo, treinamento profissional em uma cidade grande, etc.). Em resumo é um esquema que nos permite descrever o cotidiano dos indivíduos no seu desenrolar dentro do espaço e no tempo.

O espaço partindo de uma perspectiva mais subjetiva ainda pode apresentar diversas conceituações, como exemplifica Harvey (2000) citando autores como Bachelard (1964 *apud* HARVEY *op. cit.* p. 200) que nos chama atenção para o que ele considera como sendo o “espaço da imaginação” ou “espaço poético”.

Bachelard (1964) considera que “pensamos que nos conhecemos no tempo [...] quando tudo o que conhecemos é uma sequência de fixações nos espaços da estabilidade do ser. As lembranças são imóveis, e quanto mais seguramente fixadas no espaço, tanto mais sólidas são” (BACHELARD 1964 *apud* HARVEY *op. cit.* p. 200).

O espaço dessa forma é o palco para as manifestações subjetivas dos indivíduos. Manifestações estas que são acumuladas no tempo de vida de cada um. “O espaço contém tempo comprimido” (HEIDEGGER *apud* HARVEY, 2000, p. 200).

Harvey (2000) lembra também que “a história da mudança social é em parte aprendida pela história das concepções de espaço e de tempo, bem como dos usos ideológicos que podem ser dados a essas concepções” (HARVEY, 2000, p. 201).

Na tentativa de compreender o que considera como “complexidade” dentro das práticas espaciais”, Harvey (2000) relaciona três dimensões trazidas por Lefebvre:

- 1) As práticas materiais referem-se aos fluxos, transferências e interações físicas e materiais que ocorrem no e ao longo do espaço de maneira a garantir a produção e reprodução social.
- 2) As representações do espaço compreendem todos os signos e significações, códigos e conhecimentos que permitem falar sobre essas práticas materiais e compreendê-las [...].
- 3) Os espaço de representação são invenções mentais [...] que imaginam novos sentidos ou possibilidades para práticas espaciais (LEFEBVRE *apud* HARVEY *id. op. cit.*).

Dessa forma Lefebvre quer caracterizar tais dimensões como sendo o “vivido, o percebido e o imaginado”, respectivamente, uma vez que considera que tais relações são dialéticas, como também são o pilar das tensões existentes e que nos possibilitam a leitura das práticas espaciais.

Alguns autores consideram que o espaço pode ser interpretado como, o que Santos (2006) denomina de “rugosidades”, já que se encontra indissociável em suas perspectivas tanto natural como social. Com isso o espaço acaba redirecionando os processos, não só sociais, mas como também econômicos. Dessa maneira, segundo Gomes e Costa (1988), “a espacialidade não joga apenas um sentido decisivo na realização das grandes estratégias político-econômicas da modernidade, como pode também corresponder ao *locus* fundamental para a articulação e conformação de territórios alternativos” (GOMES e COSTA, 1988, p. 51).

A noção de “rugosidade”, que nos é apresentada por Santos (2006), denomina de rugosidade “ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e se acumulam em todos os lugares” (SANTOS, 2006, p. 140). Tais rugosidades podem se apresentar ainda como “formas isoladas” ou também como “arranjos”. Santos (2006), se referindo às rugosidades, afirma que:

“ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho” (SANTOS, 2006, p. 140).

Todas essas considerações são extremamente relevantes para que, de forma mais clara, compreender os aspectos que constituem o espaço, uma vez que o mesmo tem como característica principal a sua multipilicidade de aspectos. Temos que o espaço, pode ser considerando não mais como palco das ações dos agentes sociais, econômicos, políticos e culturais. O espaço é também ator nesses processos.

3 CAPITALISMO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Para muitos autores, dentro da literatura que levantada, pode-se perceber que, em comum, acreditam que as relações sociais são de cunho espacial e que sua construção se dá a partir da espacialidade. Dessa forma, a espacialidade acaba por também definir, ou melhor, contribuir, na produção do espaço, que inicialmente pode ser considerado como espaço social.

No entanto, vale lembrar que, esse espaço produzido, apesar de ter essa característica e ser considerado por alguns autores como espaço social, nasce de relações que dependem da forma que o espaço é utilizado, de como a sociedade faz uso desse espaço, o que nos leva a, juntamente com o conceito de espaço social, também observamos que essas formas espaciais irão demonstrar transformações tanto sociais, como econômicas, políticas e culturais.

Podemos considerar que uma das maiores transformações sofridas no espaço se deu com o avanço do processo de industrialização, que modificou tanto as relações espaciais como também, as próprias relações sociais. Com isso, alguns estudiosos dos processos espaciais, passam a associar o processo de “produção do espaço” ao conceito de “produção”, ligado ao capitalismo, como veremos neste capítulo. Inicialmente veremos algumas das principais características do modo de produção capitalista antes de entrarmos na produção do espaço com as influências do capitalismo propriamente dito.

3.1 O Modo de Produção Capitalista

Em sua análise, Marx considera que a acumulação do capital é o centro do processo capitalista, a mola propulsora de todo o processo de produção. Essa característica faz com que o sistema capitalista seja altamente expansível, com a característica de estar sempre em reforma e que essa reforma afeta diretamente o mundo em que vivemos. Com isso, o estado de reprodução simples é definitivamente incompatível com essa forma de perpetuação do modo capitalista, uma vez que não permitiria a acumulação. Logo dentro do sistema capitalista é impossível, ou, muito improvável, que haja um crescimento harmonioso ou equilibrado.

Tendo como o seu centro a acumulação, Marx (1994) considera que “a primeira condição da acumulação é o capitalista conseguir vender suas mercadorias e reverter a maior parte do

dinheiro por elas recebidas em capital” (MARX, 1994, p. 657). Complementando o processo de acumulação, o capitalista se apropria da mais-valia, convertendo-a também em capital, por mais que essa mais-valia possa ser fragmentada. “...o fracionamento da mais-valia em diversas partes em nada muda a natureza dela nem as condições necessárias em que ela se torna fator de acumulação” (MARX, 1994, p. 658).

Marx (1994) considera que independentemente da forma social do processo de produção, o mesmo terá que ser contínuo ou, de alguma forma percorrer “periódica e ininterruptamente as mesmas fases”, uma vez que “uma sociedade não pode parar de consumir nem de produzir”. Dessa maneira, ainda segundo Marx (1994), “todo o processo social de produção, encarado em suas conexões constantes e no fluxo contínuo de sua renovação é, ao mesmo tempo, processo de reprodução” (MARX, 1994, p. 659).

Ainda em Marx (1994), temos que “com o próprio funcionamento, o processo capitalista de produção reproduz, portanto, a separação entre a força de trabalho e as condições de trabalho, perpetuando, assim, as condições de exploração do trabalhador” (MARX, 1994, p. 672).

Para Marx (*apud* HARVEY, 2006, p. 45), as crises, dentro do sistema capitalista são endêmicas, já que o próprio capitalismo tende a produzir barreiras para o seu desenvolvimento, uma vez que a oferta da força de trabalho, dos meios de produção e infra-estrutura, e estrutura da demanda são todas “produzidas” pelo próprio modo capitalista de produção.

Em disto sistema capitalista, as várias manifestações da crise podem remontar ao que Marx denominou de “tendência básica da superacumulação. Não havendo forças compensatórias dentro da ‘anarquia’ competitiva do sistema econômico capitalista” (MARX *apud* HARVEY, *op. cit.* p. 46), as crises passam a ter uma função importante: impõem, de uma maneira arbitrária, algum tipo de ordem e racionalidade. No entanto, essa racionalização apresenta um alto custo social, provocando, assim, catastróficas conseqüências humanas. Outras conseqüências desse processo são as lutas de classe e os movimentos revolucionários: “A reação social às crises pode afetar a maneira pela qual se resolve a crise, de modo que não há um único e necessário resultado para esse processo de racionalização forçada” (HARVEY *op. cit.* p. 47).

Para Harvey (*op. cit.* p. 47), de uma maneira geral, tais crises devem ter o efeito de expandir a capacidade produtiva, renovando, assim, as condições de acumulação, levando o processo para um nível novo e superior, que apresentará algumas peculiaridades, como “a demanda

efetiva expandida por produtos [...] esvaziará o mercado de todos os bens produzidos” (HARVEY *op. cit.* p. 47).

Harvey (2005) nos mostra que tal nível de demanda efetiva seria elaborado de forma a aumentar a capacidade de absorção dos produtos. Dessa maneira teríamos uma mistura complexa de quatro elementos:

- 1 – A penetração do capital em novas esferas de atividade mediante a organização de formas pré-existentes de atividades [...] ou mediante a expansão dos pontos de troca dentro do sistema de produção e a diversificação da divisão do trabalho [...]
- 2 – A criação de novos desejos e novas necessidades, desenvolvendo novas linhas de produto [...] e a organização do consumo [...]
- 3 – A facilitação e o estímulo para o crescimento populacional num índice compatível com a acumulação a longo prazo [...]
- 4 – A expansão geográfica para novas regiões [...] (HARVEY *op. cit.*).

Podemos considerar, também, que a circulação do capitalismo possui: 1) o movimento físico real de mercadorias do lugar de produção ao lugar de consumo e o custo real implícito ligado ao tempo consumido necessário para que a mercadoria produzida encontre seu usuário final. O primeiro aspecto é, para Marx, parte integrante do processo produtivo, sendo assim, gerador de valor, enquanto que o segundo é tido como custo necessário de circulação, não sendo gerador de valor (HARVEY *op. cit.* p.49).

Para Marx (1973 p.534 *apud* HARVEY *op. cit.*), o custo de transporte “é importante à medida que a expansão do mercado e a trocabilidade do produto se conectam a isso” e que os custos de circulação “podem ser reduzidos pelo transporte aperfeiçoado, mais barato e mais rápido” (MARX 1967, vol. 2 p.142 *apud* HARVEY *op. cit.*).

3.2 A Produção do Espaço

Dentro da literatura pesquisada, encontramos que o termo “produção do espaço” foi cunhado inicialmente por Lefebvre no final dos anos 1960, e tem como objetivo responder aos processos de reprodução das relações capitalistas de produção, uma vez que o espaço consiste no lugar onde as relações se reproduzem e se localizam com todas as suas manifestações de conflitos e contradições (LEFEBVRE, 1974, *apud* GODOY, 2004). Apesar de alguns autores considerarem o aspecto social da produção do espaço, como alguns denominam de “produção

social do espaço”, não significa que tal produção está desvinculada ao modo de produção vigente – capitalismo – uma vez que a mesma é um reflexo da influência do modo de produção capitalista no espaço.

Milton Santos ao afirmar que “o ato de produzir é igualmente ato de produzir espaço” (SANTOS, 1978, p. 161) deixa claro que o espaço humano, em qualquer período histórico, é o resultado da produção realizada pelo homem. Produzir, segundo Santos (1978), significa “tirar da natureza os elementos indispensáveis à reprodução da vida”. Podemos considerar então que a produção é uma espécie de intermediação entre o homem e a natureza.

Para Santos (1978), nenhuma produção pode se dar sem que se disponha dos meios de trabalho, sem a vida em sociedade e sem a divisão do trabalho. Tais ritmos de vida e de atividade são criadores de práticas coletivas, quais sejam, por exemplo, as horas consagradas ao trabalho e ao descanso. “Produzir e produzir espaço são dois atos indissociáveis” (SANTOS *op. cit.* p. 163) uma vez que, a produção do homem acaba por modificar o que Santos denomina de “Natureza Primeira”. Daí tem-se que o espaço criado pode ser considerado com sendo a “Natureza Segunda”.

Dentro dessa discussão é necessário se articular dois processos, que para Carlos (1994) são fundamentais: o processo de produção e o processo de reprodução.

Enquanto o primeiro [produção] se refere ao processo específico, o segundo [reprodução] considera a acumulação de capital através de sua reprodução, permitindo apreender a divisão do trabalho em seu movimento. A perspectiva da reprodução coloca a possibilidade de compreensão do geral (CARLOS, 1994, p. 34).

Para Carlos (1994), a produção espacial se dá no cotidiano das pessoas, aparecendo com forma de ocupação ou de utilização de determinado lugar em um momento específico. Logo podemos considerar que a produção espacial pode se dar com base em dois pontos de vista diferentes: do ponto de vista do produtor e do ponto de vista do morador – que passa a ser considerado como consumidor.

Diante disso, tem-se que “a diferenciação dos usos será a manifestação espacial da divisão técnica e social do trabalho, num determinado momento histórico” (CARLOS, *op. cit.*). Com isso temos uma disputa pelo uso do solo pelos vários segmentos da sociedade, de maneira diferenciada, o que gera conflitos entre indivíduos e usos.

Toda essa discussão do valor que é agregado ao espaço, nos leva a considerar a idéia de espaço-mercadoria e como conseqüência no processo de apropriação espacial, que aparece como propriedade de alguém. A apropriação, esta que gera o monopólio de certas pessoas, o que está pressuposto na propriedade e que, dessa forma, dá a estas o direito de dispor de determinadas parcelas do espaço como esferas privadas, excluindo, assim, os demais e determinando como tal parcela será utilizada, conseqüentemente qual classe social irá usufruí-la.

O enfoque da teoria da produção do espaço, dado por Castells, segue a mesma linha apresentada por Lefebvre, considerando que o espaço é um produto material de uma dada formação social. Essa ênfase apresentada por Lefebvre serve de base para se estruturar uma abordagem marxista do espaço. Castells (*apud* GOTTDIENER, 1997, p. 120) considera que, a Escola de Chicago, apesar de ter uma avaliação inválida pelo o que ele denomina de “ideologia do organicismo evolucionário”, mantinha uma abordagem dotada de uma idéia correta, já que considerava que o espaço era determinado pelas forças produtivas e pelas relações de produção que se originam delas (CASTELLS, 1977, p. 123 *apud* GOTTDIENER, 1997, p. 120).

Porém, apesar de ter o mesmo enfoque de Lefebvre – que desenvolveu uma teoria marxista do espaço – Castells pretende afirmar “o primado da teoria althusseriana da estrutura social, que então pode ser usada para explicar as formas espaciais”. Castells requer um objeto teórico de análise que possa servir como uma espécie de “delimitação conceitual do urbano, dentro de uma teoria do espaço, ela mesma uma especificação de uma teoria da estrutura social” (CASTELLS, 1977, p. 438 *apud* GOTTDINER, 1997, p. 121).

Para Castells é a estrutura econômica que especifica o principal elo conceitual de uma teoria do espaço, o que significa dizer que o urbano não seria mais a unidade ideológica (cultural). Com isso quer utilizar o elemento econômico para definir o urbano, uma vez que, segundo essa lógica, é preciso que tal definição se ajuste aos requisitos althusserianos de análises. O urbano dessa forma passa a ser uma unidade de reprodução da força de trabalho.

Contudo a teoria de Castells apresenta um aspecto importante dentro da mudança de seu pensamento, que, deixando de se aplicar à teoria de Althusser a uma teoria de espaço, acaba-se desenvolvendo um aspecto específico dessa teoria, a relação entre o Estado e o espaço de assentamento. Com isso Castells é forçado a cada vez mais se afastar de uma teoria do espaço, e procurar “refúgio no marxismo” (GOTTDIENER, 1997, p. 124).

Segundo Santos (1991, p. 38 *apud* GODOY, *op. cit.*), o cerne da interpretação da produção do espaço situa-se na combinação entre a forma, a estrutura e a função, uma vez que “os movimentos da totalidade social modificando as relações entre os componentes da sociedade, alteram os processos e incitam funções” (SANTOS, 1991, *apud* GODOY *op. cit.*).

Nesse sentido, segundo Godoy (2004), “é a idéia de movimento da totalidade no tempo e no espaço que fundamenta a concepção de que o espaço é produzido no e pelo movimento da totalidade social”. A idéia da produção do espaço se torna prisioneira de sua conotação técnica econômica, adquirindo, assim, a noção de “fabricação repetitiva de formas e geração de movimentos” (GODOY, *op. cit.* p. 31).

Godoy (2004) complementa dizendo que:

A produção do espaço consiste, então, na realização prática da produção de objetos ‘geograficizados’ segundo uma dada lógica econômica e destina-se a cumprir funções diferenciadas em sintonia com as necessidades de reprodução das relações sociais de produção e da divisão social do trabalho (GODOY, 2004, p. 31).

Alguns autores, em suas análises da produção do espaço, entendem que a idéia de produção está ligada ao conceito de trabalho, apresentado por Marx, uma vez que produção implica em organização do trabalho e dos meios necessários para sua realização enquanto produção de valor. Dentro desta perspectiva, podemos entender o espaço produzido, como sendo a materialização do trabalho, em formas espaciais. O espaço é, dessa maneira, entendido como um produto das relações originadas a partir da divisão do trabalho que ocorrem num determinado momento histórico entre o homem e a natureza.

Entretanto, mesmo onde a separação dos grupos sociais não aparece como uma evidência gritante no terreno, há uma pressão nesse sentido e traços de segregação aparecem. “O caso limite, o resultado ultimo é o gueto. [...] lá onde uma ação harmonizada tentou fundir as camadas sociais e as classes, uma separação espontânea rapidamente ocorre” (LEFEBVRE, 1968, p. 99 *apud* CARLOS, *op. cit.*).

De acordo com Barrios (1986 *apud* NIGRO, 2007, p. 52), a partir da teoria de produção do espaço (que considera como sendo parte integrante de uma teoria social geral), derivam-se três dimensões que devem ser analisadas, quais sejam: as práticas econômicas, as práticas políticas e as práticas culturais-ideológicas.

Para Barrios (*id. op. cit.*) as práticas econômicas podem ser definidas da seguinte maneira: “as relações sociais que se verificam por intermédio das coisas materiais constituem a estrutura econômica da sociedade, elemento que define e explica as diretrizes fundamentais que regem a dinâmica social” (BARRIOS, 1986, *apud* NIGRO *id. op. cit.*). Partindo dessa idéia temos que:

o espaço físico modificado é produto das práticas econômicas; [...] a forma pela qual se efetua a transformação do meio físico só pode ser compreendida mediante exame dos interesses dos grupos sociais que se dirigem à produção e que modificam o espaço; e ainda, a tecnologia é o índice material preciso da relação entre sociedade e meio físico (NIGRO, 2007, p. 53).

As práticas políticas constituiriam a dimensão que tem o “poder” como resultado. Abrangem a transformação da estrutura política que se materializa como ações sociais, envolvendo o estabelecimento de uma relação de dominação. Sendo assim, podemos observar que tais relações de dominação estabelecidas, tem como principal fundamento a “propriedade do espaço físico” (NIGRO, *id. op. cit.*). Tais condições “fazem que os movimentos sociais encontrem nas limitações apresentadas pelo mundo material, parte dos elementos que lhes justificam a luta política” (NIGRO, *id. op. cit.*).

Considera-se como práticas culturais-ideológicas a dimensão que produzirá como resultado o “significado”. Dessa forma, o espaço construído constitui o campo de evidências das práticas culturais, “uma vez que as práticas culturais utilizam as formas espaciais como suporte para a transmissão de mensagens de apoio ou negação da ordem vigente” (NIGRO, *id. op. cit.*).

Para Lefebvre (*apud* GODOY, 2004), a “práxis espacial” é elevada a uma atividade radical ao lado de esforços para reorganizar as relações sociais, sustentando tal perspectiva com o que podemos chamar de uma teoria marxista do espaço.

3.3 O Capitalismo na Produção do Espaço

Ao tratar da produção do espaço observamos que muitos autores afirmam que o espaço é socialmente construído, contudo, tal afirmação não exclui o fato de que o mesmo espaço não esteja “centrado na materialidade do mundo” (FERREIRA, 2007). O importante de tal afirmação é percebermos a existencia, como já demonstramos, ao tratar das noções acerca do

espaço, de uma dialética dentro do processo de produção social e a produção capitalista desse espaço.

Marx em suas análises sobre a acumulação do capital, já expressava a influencia que tal processo tinha na formação do espaço. Marx reconheceu que o processo de acumulação do capital se dava dentro de um contexto espacial, gerando, dessa forma, tipos diversos de estruturas espaciais.

Marx afirma também que:

com a divisão do trabalho ocorre ao mesmo tempo a contradição entre o interesse individual [...] e o interesse coletivo da totalidade dos indivíduos que se relacionam entre si; e esse interesse coletivo não existe apenas na representação, como ‘interesse geral’, mas se apresenta, antes de tudo, na realidade concreta, como dependência recíproca dos indivíduos entre os quais o trabalho é dividido (MARX, 2007 sp⁵).

Segundo Harvey (2005) “Marx mostra que a consequência inevitável dos processos reais em funcionamento no capitalismo é a reprodução da ‘relação do capital numa escala progressiva: mais capitalistas em um pólo, mais trabalhadores assalariados no outro pólo” (HARVEY, 2005, p.111). Com essa afirmação, entendemos que Marx em suas análises já previa tal rebatimento espacial das ações capitalistas que já se desenvolviam, rebatimento que o espaço seria dividido de maneira mais acentuada e que essa divisão expressaria a própria organização de classes da sociedade.

Segundo Carlos (1994), dentro do capitalismo o processo de reprodução acaba trazendo em si a criação de um novo homem, e que, esta produção será analisada através da mediação da máquina, o que determinará a vida pelos ciclos industriais. Com isso se insere na discussão a perspectiva de que o trabalho não produz apenas produtos, mas também as relações entre os homens.

A compreensão do urbano na tentativa de explicar a espacialidade, a dimensão espacial da realidade social, “deve emergir de uma reflexão dos dados postos pela vida cotidiana a partir da elaboração de um modo de análise urbana” (CARLOS 1994), o que coloca o homem como sendo o elemento central na discussão da produção do espaço; dessa forma, a vida material é produzida pelo homem, dentro do processo de produção de seus meios de subsistência. “Os indivíduos são aquilo que eles produzem, na forma como produzem. Eles são aquilo que as

⁵ sp: sem página. As citações referentes a Marx (2007), edição da Ideologia Alemã, não terão indicação de página porque nesta edição comemorativa não há paginação.

condições materiais de sua produção lhes permite ser (assim como também é verdade que estas condições são frutos do homem)” (NASSER, apud CARLOS, 1994).

Dentro do capitalismo, as necessidades de reprodução do sistema é que vão estabelecer os rumos, objetivos e finalidades do processo geral de reprodução. Dessa forma, o espaço passa a ser produto geral da sociedade. Para Carlos (*op. cit.*), isso significa dizer que o espaço produzido pelo capital se fundamenta na apropriação privada, o que conseqüentemente, aliena do produtor o produto, o que nesse sentido, faz com que o espaço se produza a partir de uma contradição entre toda a sua produção socializada e a apropriação individual.

Essa contradição acaba sendo refletida no uso do solo, já que para viver o individuo ocupa uma parcela do espaço.

A produção espacial expressa as contradições da sociedade atual na justaposição de riqueza e pobreza, esplendor e fealdade; em última análise na segregação estampada na paisagem, e que tem sua natureza no modo de exploração do trabalho pelo capital fundado na propriedade, em que os homens se distinguem pelo *ter*, isto é, pela sua condição de proprietário de bens (CARLOS, 1994).

Carlos (1994) considera também que: “o espaço como produto do trabalho do homem nos leva a refletir sobre o processo de produção social, o tipo de trabalho, o seu desenvolvimento, o modo como determinado produto é produzido” (CARLOS, 1994, p. 36), o que significa dizer que o homem é parte integrante da realidade, ao mesmo tempo que também é o seu produtor. A produção do espaço pode ser assim entendida como a reprodução da existência humana. Daí surge a necessidade de se entender como se dá a configuração específica deste processo de formação do espaço através das relações capitalistas de produção.

Faz-se necessário, também, uma reflexão sobre o processo de produção espacial como agente redimensionador, do que Carlos (*op. cit.* p. 36) denomina de “lugar do espaço e da sociedade”, fazendo com que o homem não seja mais entendido apenas como um mero elemento da paisagem. “Rediscute-se, assim, a natureza do espaço geográfico como produto histórico e social, onde o homem deixa de ser o habitante, para assumir o real papel de produtor de sua existência [...] em última análise, sua humanidade como ser genérico” (CARLOS, *op. cit.* 37).

Considerando o espaço como sendo o produto do processo de trabalho da sociedade, se faz necessário, também, entender o modo pelo qual ele se desenvolve, para que assim possamos entender a natureza deste espaço.

Dentro dessa perspectiva, Carlos (*op. cit.*) observa que não há uma simples mudança entre palavras, uma substituição de “espaço organizado” para “espaço produzido”, já que a própria mudança de linguagem surge da mudança do “conteúdo”, o que nos revela o movimento do processo real e de sua apreensão.

Segundo Harvey (2006 p.50) “o modo capitalista de produção fomenta a produção de formas baratas e rápidas de comunicação e transporte”, fazendo com que se criem novos espaços para a acumulação de capital. Há uma necessidade de anulação do espaço pelo tempo, já que “...o importante não é a distância do mercado no espaço, mas a velocidade [...] pela qual o mesmo pode ser alcançado” (MARX, 1973, p. 538, *apud HARVEY op. cit.*). Com isso, surgem as aglomerações da produção em grandes centros urbanos, que é a localização racional das atividades, podendo se reduzir ou ampliar mediante circunstâncias especiais.

Harvey (2006 p.52) considera que “a racionalização geográfica do processo produtivo depende, em parte, da estrutura mutável dos recursos de transporte...”. Não havendo uma circunstância na estrutura dos recursos de transporte, pode-se verificar “uma mudança e um reassentamento dos locais de produção e dos mercados...” (MARX, 1967, vol. 2, p.249 *apud HARVEY op. cit.*), o que altera as distâncias entre os locais de produção e os maiores mercados, provocando, assim, a deterioração dos antigos centros de produção e ascensão dos novos centros.

Para Harvey (2006 p.53) “o surgimento de uma estrutura espacial diferente com a ascensão do capitalismo não é um processo de contradições”, e que na tentativa de superar tais barreiras espaciais e “anular o espaço pelo tempo”, são criadas estruturas espaciais que acabam agindo como obstáculos à acumulação adicional de capital. “...podemos esperar testemunhar a uma luta contínua, em que o capitalismo em um determinado momento constrói uma paisagem física apropriada à sua própria condição, apenas para ter de destruí-la, geralmente durante uma crise em momento subsequente” (HARVEY *op. cit.* p.52).

3.4 O Estado (Capitalista) e a Produção do Espaço

Alguns autores em suas análises do capitalismo identificam que, sob o modo de produção capitalista, existe um conjunto de forças e relações de produção que são específicas. Sendo dessa forma, a base econômica da sociedade, necessitando de uma forma particular, como afirma Urry (1981) de “uma forma particular de Estado e ideologia” (URRY, 1981, p. 19).

Dentro desse raciocínio podemos entender que, de alguma maneira, a economia capitalista é concebida como “necessitando e produzindo um Estado capitalista e formas de ideologia burguesa” (URRY, 1981, p. 19).

Quanto à influência do Estado dentro do desenvolvimento do modo de produção capitalista, já era alvo de preocupação de Marx. Suas concepções sobre o Estado estão difundidas em seus textos, como também nos trabalhos de Engels. Contudo, Harvey (2006 p. 79) observa que “poucos marxistas prestaram atenção ao tema...”, sendo esse debate recolocado em discussão a partir de 1969.

Isso não significa dizer que o Estado se tornou agente central para o funcionamento da sociedade capitalista a partir desse período. O Estado sempre esteve presente, “apenas suas formas e modos de funcionamento mudaram conforme o capitalismo amadurecia” (HARVEY 2006, p. 79).

O Estado se originou, necessariamente, da contradição entre os interesses particulares e os da comunidade. “No entanto, como Estado tem de assumir uma existência ‘independente’, para garantir o interesse comum, torna-se um lugar de um ‘poder alienígena’, por meio do qual pode dominar os indivíduos e os grupos” (MARX e ENGELS, 1970, p. 54, *apud* HARVEY 2006, p. 80).

Dessa maneira, Harvey, com base em Marx e Engels, observa que o Estado sendo usado como instrumento de dominação de classe, cria uma outra contradição: “a classe dirigente tem de exercer seu poder em seu próprio interesse de classe, enquanto afirma que suas ações são para o bem de todos” (MARX e ENGELS, 1970, p. 106 *apud* HARVEY, 2006, p. 80).

O Estado que se origina da necessidade de manter os antagonismos de classe sob controle, mas que também se origina no meio da luta de classes, é normalmente, o Estado da classe economicamente dirigente, que, por seus recursos, torna-se também a classe politicamente dirigente, e, assim, obtém novos meios de controlar e explorar as classes oprimidas (ENGELS, 1941, p. 157, *apud* HARVEY, 2006, p. 80).

Esse pensamento é afirmado por Marx (2007), quando considera que:

...o Estado, pois, é a forma pela qual os indivíduos de uma mesma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de um período, segue-se todas as instituições comuns são mediadas pelo Estado e dele adquirem uma forma política. Daí a ilusão de que a lei se baseia na vontade e, mais ainda, na vontade livre, destacada de sua base real. Do mesmo modo, o direito é reduzido, por seu turno, à lei (MARX e ENGELS, 2007 sp).

Harvey (2006) observa que, de uma maneira geral, Marx e Engels afirmam que a classe dirigente “domina também como pensadora, como produtora de idéias e regula a produção e distribuição de idéias de sua época: assim, suas idéias são as idéias da época” (MARX e ENGELS, 1970, p. 65, *apud* HARVEY, *op. cit.* p. 81).

Ainda segundo Harvey (2006), de uma maneira geral, o Estado desempenha um papel importantíssimo na sustentação e garantia do direito da propriedade privada dos meios de produção e da força de trabalho. Dessa forma o Estado capitalista se torna “a forma de organização que o burguês necessariamente adota para propósitos internos e externos, para a garantia mútua das suas propriedades e dos seus interesses” (MARX e ENGELS, 1970, p. 80 *apud* HARVEY, 2006 p. 84).

Harvey (2000) considera também que o domínio do espaço reflete o modo como os indivíduos ou grupos poderosos dominam a organização e a produção do espaço. Afirmar também que “a apropriação do espaço examina a maneira pela qual o espaço é ocupado por objetos [...], atividades, [...], indivíduos, classes ou outros grupos sociais” (HARVEY, 2000, p. 202), o que nos remete a Santos (2006) quando nos diz que o espaço é constituído por um sistema de objetos (objetos) e por um sistema de ações (as atividades).

Como foi visto no capítulo 2, em sua análise do eixo espaço-temporal, Lefebvre (1999) considera que podemos identificar três níveis, que, segundo ele, foram “alcançados pela formação econômica e social” (LEFEBVRE, 1999, p. 77), sendo eles: o rural, o industrial, e o urbano.

Partindo para o nível urbano, Lefebvre (1999) considera que podemos subdividi-lo em mais outros três níveis: o global (onde se exerce o poder do Estado); o misto (nível especificamente urbano) e o privado (domínio do edificado), sendo que daremos mais atenção ao primeiro nível.

Para Lefebvre (1999) o Estado desempenha dentro do espaço, no nível global – “espaço institucional” (LEFEBVRE, 1999, p. 79) – como denomina, a função de exercer o poder de duas maneiras: como vontade e como representação.

Como vontade, temos que o poder do Estado desempenha uma função estratégica, tanto para o seu poder como para os homens que detêm esse poder. Dentro dessa estratégia política aparecem as “lógicas de classe”. “O poder político dispõe de instrumentos (ideológicos e científicos). Ele tem capacidade de ação, podendo modificar a distribuição dos recursos, dos

rendimentos, do ‘valor’ criado pelo trabalho produtivo (ou seja, da mais-valia)” (LEFEBVRE, 1999, p. 78). Podemos ver, também, tal constatação em Marx e Engels (2007):

A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, o que faz com que sejam a ela submetidas, ao mesmo tempo, as idéias daqueles que não possuem os meios de produção espiritual. As idéias dominantes são, pois, nada mais que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são essas as relações materiais dominantes compreendidas sob a forma de idéias; são, portanto, a manifestação das relações que transformam uma classe em classe dominante; são, dessa forma, as idéias da sua dominação (MARX e ENGELS, 2007 sp).

Dessa forma, Marx e Engels reforçam o fato de que o Estado passa a ser um meio de dominação, que vem a representar os interesses apenas dos indivíduos que o compõem, ou que tem grande influência no processo decisório. Indivíduos esses que, por sua vez, fazem parte da própria classe dominante, o que acaba por acentuar as lutas de classes, uma vez que a classe dominante se utiliza da máquina do Estado para se manter no domínio, como vimos, tanto dos meios de produção material da mesma maneira, também, como denominam Marx e Engels, espiritual, que podemos entender por ideológico.

O Estado tem o poder de dividir e hierarquizar o espaço. Essa divisão se projeta em grande parte, no que Lefebvre denomina de “domínio do edificado: edifícios, monumentos, projetos urbanísticos de grande envergadura”, como também no “não-edificado: estradas e auto-estradas, organização geral do trânsito e dos transportes...” (LEFEBVRE, 1999, p. 78). Enquanto vontade, segundo Lefebvre (1999), o Estado “não vai representar a urbanização e o planejamento geral do território de maneira descentralizada...”, mas sim, “para utilizá-lo, o desenvolvimento desigual num esforço em direção à homogeneidade global” (LEFEBVRE, 1999, p. 79).

Lefebvre (*apud* GOTTDIENER *op. cit.*) observa também que o Estado se apropria do espaço utilizando-o como um importante instrumento político de dominação, assegurando, assim, o seu controle, hierarquizando e segregando as partes de um todo espacial.

O espaço tornou-se para o Estado um instrumento político de importância capital. O Estado usa o espaço de uma forma que assegura seu controle dos lugares, sua hierarquia estrita, a homogeneidade do todo, a segregação das partes. É assim um espaço controlado administrativamente e mesmo policiado (LEFEBVRE, 1979, *apud* GOTTDIENER *op. cit.* p. 129).

Dentro dessa perspectiva, o espaço, a organização espacial, representará a hierarquia do poder, se tornando um instrumento político de controle social. Segundo Harvey “a paisagem criada pelo capitalismo também é vista como lugar da contradição e da tensão e não como expressão do equilíbrio harmonioso” (HARVEY, 2005, p. 55), o que vem a corroborar com o pensamento de Lefebvre quando afirma que o espaço também é espaço para as lutas de classe, uma vez que essas tensões se materializarão e se refletirão no processo de segregação sócio-espacial.

Podemos considerar, também, que o espaço constitui-se em fator condicionante e determinante dos processos sociais, uma vez que o espaço construído “é fato físico e fato social” (NIGRO 2007, p. 55). Podemos confirmar tal afirmação se observarmos que “o espaço socialmente construído compreende o conjunto de elementos materiais transformados pelas práticas e construídos em significações pelas práticas culturais-ideológicas” (BARRIOS, 1986, *apud* NIGRO *id. op.cit.*).

Dentro dessa lógica, podemos verificar que a relação sociedade/espaço reconhece-se uma ordem e uma hierarquia que vem do papel ativo desempenhado pelos homens com respeito ao meio físico. Porém, vale lembrar que estudar o espaço apenas em seu aspecto físico não permite uma análise de todos os processos sociais que nele estão contidos. “Portanto, somente quando compreendido como produto global de estruturas e práticas sociais dialéticas articuladas é que o espaço construído se converte em poderoso instrumento de mudança social” (NIGRO, 2007, p. 55).

Para Corrêa (2005), “o Estado atua também na organização espacial da cidade. Sua atuação tem sido complexa e variável tanto no tempo como no espaço, refletindo a dinâmica da sociedade da qual é parte constituinte” (CORRÊA, 2005, p. 24).

O Estado, segundo Corrêa (2005), atua “diretamente como grande industrial”, como também um “consumidor de espaço e de localizações específicas”, dividindo o espaço. Atua também como “proprietário fundiário e promotor imobiliário” e, contudo, atua principalmente como “agente de regulação do uso do solo”, se tornando, assim, um alvo dos movimentos sociais urbanos, como afirma Corrêa (2005 p. 24).

Corrêa (2005) considera ainda que tal variedade de possibilidades de ação do Estado, que ele denomina de “Estado capitalista”, não vem a se efetivar por acaso e muito menos se dá de modo “socialmente neutro”, uma vez que a sua ação é cheia de conflitos de interesses diversos dentro da sociedade. E tais conflitos se agravam a partir do momento em que o

Estado “tende a privilegiar os interesses daquele segmento ou segmentos da classe dominante que, a cada momento, estão no poder” (CORRÊA, 2005, p. 26).

Ainda segundo Corrêa (2005):

A atuação do Estado se faz, fundamentalmente e em última análise, visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações (CORRÊA, 2005, p. 26).

O que reafirma que o Estado atua de maneira parcial, quando deveria atuar de maneira, como afirma Corrêa (2005), “com uma racionalidade fundamentada nos princípios do equilíbrio social”, fazendo, dessa forma, com que o espaço se torne palco de incontáveis lutas pelo espaço, que se torna altamente segregado, como podemos observar com a segregação residencial existente nas cidades, segregação esta que na maioria das vezes é cuidadosamente planejada, como temos o exemplo de Brasília com seus planos pilotos e suas cidades satélites (CORRÊA, 2005, p.27).

O processo de produção do espaço é permeado por uma grande complexidade, uma vez que diversos fatores e interesses estão envolvidos. E nesse jogo de interesses, os interesses do Estado e do Capital, se convergem, provocando assim, o que alguns autores denominam de “conflitos urbanos”. Um deles, como pudemos observar, é a segregação espacial através da especulação imobiliária, por exemplo. No entanto existem muitos outros, que também possuem uma enorme relevância no processo de produção espacial e que devem ser, também, alvo de análises.

4 – CONCLUSÃO

A busca pela compreensão do espaço sempre intrigou os estudiosos do assunto, proporcionando também diversas percepções desse entendimento. Contudo, tais análises compreendiam o espaço a partir de uma única característica, de uma única perspectiva, o que limitava a amplitude da compreensão.

Lefebvre ao considerar que o espaço é constituído por múltiplas características e de que as mesmas não podem ser dissociadas no processo de compreensão da dinâmica espacial, abre caminho para uma nova perspectiva do que vem a ser o espaço.

Ao afirmar que o espaço é mais que sua natureza física, Lefebvre traz à tona toda uma discussão acerca da própria relação entre espaço e o meio social que nele se insere e em que está inserido. Dessa maneira, temos que o espaço passa a ser mais que o local onde se dão as ações, mas também, o local onde é possível interferir em tais ações dando-lhes significados, tendo participação ativa nos eventos. O espaço deixa de ser encarado como um ente passivo na dinâmica social, passando a ter também funções específicas que irão sofrer variações de acordo com as necessidades e as significações dadas a ele pelas organizações existentes.

As diferenças espaciais, dessa maneira, vão além daquelas originadas a partir de suas características físicas. As mesmas passam a se relacionar, a existir, dependendo da forma com que o espaço está sendo utilizado, variando de acordo com o que nele se insere. O que nos leva à discussão trazida por Santos sobre a intencionalidade do objeto. A subjetividade da intenção é refletida no espaço a partir do momento que essa subjetividade está materializada no objeto, como considera Santos, que acaba sendo um produto da elaboração social, tendo assim um significado; materializado, também, através da ação, já que a ação também é um processo dotado de propósito. Essas diferenças estão ligadas aos resultados das ações e das diversas significações que tais podem ter. Elas serão o resultado dos processos sócio-espaciais advindos da industrialização.

Dentro dessas novas significações, entendemos que a industrialização teve um papel importante nessas novas concepções do espaço. A partir do início do processo de industrialização o espaço passa a ser considerado, também, como um meio de produção, além de ser o *locus* da reprodução da força de trabalho, sendo, dessa maneira, considerado um fator importante para o próprio processo de acumulação de capital, objeto central do modo de produção capitalista.

O espaço assume esse papel no momento em que é tomado como propriedade, de forma a fazer com que as relações sociais sejam consideradas como partes das relações sociais de produção, se tornando, nesse momento, um fator importante na base econômica do modo de produção.

Com isso temos um processo de diferenciação espacial. Ao espaço começam a ser atribuídos valores cada vez mais especulativos. Essa diferenciação é o resultado da própria dinâmica interna da sociedade provocada pela lógica capitalista de acumulação. Daí temos que o espaço torna-se também local de criação e retenção da mais-valia.

O espaço e o seu processo de produção estão ligados aos processos econômicos, sociais e políticos. O processo de produção do espaço não pode ser dissociado do de produção, uma vez que o próprio espaço é o resultado de um ato de produção realizado pelo homem, independente do período histórico em que se encontra. Essa produção vai se encontrar no cotidiano da vida social como uma forma de ocupação, ou como uma forma de utilização do espaço.

Observamos que a produção do espaço pode ser caracterizada, basicamente por dois processos distintos: a produção social e a produção econômica, ou mais especificamente, a produção capitalista. Contudo, uma não exclui a outra. Elas se dão concomitantemente e de forma dialética. Por mais que em alguns momentos possam ter divergências, se contraporem, as duas formas de produção continuarão se relacionando sem haver sobreposição de uma por outra.

De uma maneira geral, podemos considerar que o espaço se organiza em função dos processos produtivos, dessa maneira se subordinando às formas que o capital encontrará para realizar a mais-valia.

Uma vez que o processo de acumulação é o cerne do modo de produção capitalista e que a mais-valia o principal instrumento para se conseguir tal acumulação, observamos que o espaço se torna uma fonte de produção dessa mais-valia, a partir do momento em que o espaço é tido como propriedade privada e assume o papel especulativo pelo capital.

Devido a essa apropriação capitalista do espaço, observamos que se inicia um processo de determinação dos lugares. Essa determinação se dá a partir do momento em que o espaço assume a forma de propriedade privada, sendo agregados valores a ele, o que lhe confere a forma de mercadoria.

Nesse momento o espaço se torna um importante fator de segregação, já que esse espaço-mercadoria não será acessado por todos de forma igual e essa segregação será reforçada pela

participação do Estado na distribuição e na divisão dos usos desse espaço, efetivando, assim, a segregação sócio-espacial.

Dessa maneira, a própria produção espacial se torna reflexo da divisão social do trabalho, tomando a forma de divisão sócio-espacial do trabalho, uma vez que a forma de apropriação do mesmo dá o direito de dispor de determinadas parcelas do solo como esferas privadas, ditando, dessa maneira, a forma como tal parcela será utilizada. Assim temos a divisão social das classes materializada no espaço.

Essa segregação espacial vem a refletir o que Marx já havia afirmado. O modo de produção capitalista tende a utilizar o espaço da maneira que melhor for apropriada de forma a garantir o processo de acumulação, e essa utilização resulta na polarização do mesmo: de um lado os capitalistas e do outro os trabalhadores assalariados.

Nesse processo o Estado desempenha um importante papel, uma vez que assume a forma de instrumento político de dominação, assegurando o controle dos lugares, hierarquizando-os, exercendo um controle social do espaço. O Estado atua, dessa forma, de maneira parcial, criando as condições necessárias ao processo de acumulação de capital, fragmentando a sociedade em classes, que cada vez mais se materializam no espaço através da segregação sócio-espacial.

O Estado se torna um importante agente para o desenvolvimento do capitalismo. Dessa forma, representa apenas os interesses do capital, deixando de lado o papel de mediador dos antagonismos sociais, desequilibrando, assim, essa balança de interesses, onde o comum já não é mais priorizado, em relação aos interesses da classe dirigente, ou seja, a classe economicamente dirigente.

Diante desses aspectos, temos que a análise do espaço deve ser feita a partir da análise da ação dos agentes envolvidos em sua produção, bem como analisar os resultados dessas ações, considerando que o espaço não é um ente passivo nesse processo.

A busca do entendimento do espaço, do funcionamento de seus processos, sempre será alvo de estudiosos de diversas áreas, uma vez que, como observamos, existe uma infinidade de aspectos que se relacionam diretamente dentro dessa dinâmica, tanto como agentes que direcionam as relações, como também, agentes que são direcionados pelas.

Esse entendimento é de fundamental importância para o melhor planejamento do espaço. Por isso é de extrema necessidade, para o urbanismo, compreender a dialética existente entre o espaço, as dinâmicas espaciais, sociais, econômicas, políticas e culturais.

O processo de urbanização pode ser considerado como um fenômeno social, econômico e espacial, e que não está finalizado. Dessa forma, um fenômeno altamente mutável. Portanto, a busca de tal entendimento sempre nos trará novas perspectivas.

Nesse sentido, o processo capitalista de produção do espaço nos revelou a influência que os processos econômicos possuem dentro da organização espacial, tanto na micro-escala como na macro-escala. A urbanização é, dessa maneira, tanto a resultante, como a condicionante de tais processos, como foi observado anteriormente no capítulo 3.

Entendemos que para o urbanismo compreender os processos socioeconômicos da produção do espaço, é de fundamental importância para o desenvolvimento de um melhor planejamento e uma maior eficiência nas intervenções propostas. Planejamento este que tem como principal objetivo promover uma melhor repartição do espaço, partindo do conhecimento e conclusões das análises dos processos envolvidos na dinâmica espacial.

Entender os processos econômicos e suas relações com o espaço e sua produção, trará uma maior clareza sobre qual maneira o modo de produção capitalista atua na divisão social e econômica do espaço e como este também impõe limites nessa relação. Daí a sua importância para o urbanista, para o Urbanismo, no desenvolvimento das intervenções que serão feitas no espaço, evitando, dessa forma, que tais intervenções desrespeitem essas dinâmicas.

5 REFERÊNCIAS

- BAUMGARTEN, Maíra. Conhecimento, planificação e sustentabilidade . São Paulo Perspec. [online]. 2002, v. 16, n. 3, pp. 31-41. ISSN 0102-8839. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acessado em: 13 de jan. 2009, 01:32
- CARLOS, A. F. A (re)produção do espaço urbano . São Paulo: Edusp, 1994. CARLOS, A. F. A. Espaço e Indústria . São Paulo: Edusp, 1997.
- CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano . São Paulo: Ática, 2005
- COSTA, Rogério Haesbaert da. GOMES, Paulo César da Costa. O espaço da modernidade. In.: O espaço em questão . São Paulo: Terra Livre - AGB, 1988.
- ENGELS, Friederich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado : trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. 7 ed.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 3 ed.
- FERREIRA, Álvaro. A produção do espaço: entre dominação e apropriação. Um olhar sobre os movimentos sociais. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (15). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24515.htm>> [ISSN: 1138-9788]. Acesso em: 08 de jan. 2009, 11:32:5
- GODOY, Paulo. Uma reflexão sobre a produção do espaço. Estudos Geográficos -Revista Eletrônica de Geografia. Rio Claro, 2004. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm>>. Acesso em: 01 dez. 2008.
- GOTTDIENER, Mark. Paradigmas Flutuantes: o debate sobre a teoria do espaço. In.: GOTTDIENER, Mark. A produção social do espaço . 2 ed. São Paulo: Edusp, 1997.
- HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2000. 9 ed.
- HARVEY, David. A produção capitalista do espaço . São Paulo: Annablume, 2005.
- LEFEBVRE, Henry. A revolução urbana . Belo Horizonte – UFMG, 1999.
- MARX, Karl. Manifesto do Partido Comunista . São Paulo – Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2003.
- MARX, Karl. A ideologia Alemã. São Paulo – Martin Claret, 2007.
- MARX, Karl. O capital. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994 – 14 ed. Livro 1 – Vol. II
- MENDES, Délio. Milton Santos: por uma outra globalização - a de todos. <http://www.nossosaopaulo.com.br/> <Acesso: 04 de Março de 2009, 11:50h> Texto publicado pela Fundação Joaquim Nabuco, originalmente publicado na Revista Política Democrática, Brasília, Ano 1, n.2, p.191-197, 2001.
- NIGRO, Carlos Domingos. (In)sustentabilidade urbana . Curitiba: Ibpx, 2007.
- SANTOS, Milton. O espaço geográfico como categoria filosófica. In.: O espaço em questão . São Paulo: Terra Livre - AGB, 1988.

- SANTOS, Milton. O espaço total de nossos dias. In.: SANTOS, Milton. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006.
- SANTOS, Milton. Economia espacial: críticas e alternativas. São Paulo: Edusp, 2007, 2 ed. 1ª reimp.
- SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário . Estudos Avançados – São Paulo. [online]. 2004, v. 18, n. 51, pp. 7-22. ISSN 0103-4014. Disponível em: <<http://www.scielo.br> >. Acessado em: 13 de jan. 2009, 01:32.
- SPOSITO, Maria Encarnação. Capitalismo e urbanização . São Paulo: Contexto, 1998, 9 ed.
- URRY, Jhon. Anatomia da sociedade capitalista. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A, 1981.